

Coimbra,
O caminho que escolhemos!

Concelhia de Coimbra da Juventude Socialista
(Coimbra, Outubro de 2005)

Depósito Legal:

ISBN: 972-99816-0-4

Título: Coimbra, O caminho que escolhemos.

Grafismo: ne.d

Autoria e Edição: Concelhia de Coimbra da Juventude Socialista

Composição e Impressão: Concelhia de Coimbra da Juventude Socialista

Prefácio

Numa fase em que a política não está na moda é encorajador ler as propostas que se seguem e saber que estas são escritas por jovens. Por jovens comprometidos com a vida pública, ou seja, a vida de todos nós, que trocaram o comodismo pelo prazer de apresentar ideias e que ao fazê-lo, metem-se ao caminho em nome de uma causa: **a sua cidade, a bela cidade de Coimbra.**

Apresentam-nos um novo olhar sobre os problemas de sempre e lançam *um grito de alerta* sobre o futuro de uma cidade que necessita de ser melhor governada.

Propõem-nos um **novo modelo de gestão autárquica**, assente numa nova geração de políticas públicas que, rejeitando o assistencialismo e as obras de fachada, buscam o desenvolvimento sustentável gerador de boa qualidade de vida para as pessoas.

Destaco as prioridades à **criação de emprego de qualidade**, baseados em jovens mais capacitadas profissionalmente; **ao ambiente e ao desporto** indispensáveis numa cidade que pretende respirar saúde; à constituição de uma **sociedade inclusiva** que integre melhor as minorias, os cidadãos portadores de deficiência e saiba promover na prática a igualdade de género; à **participação** dos cidadãos na vida da cidade e das freguesias fora dos períodos de campanha eleitoral.

A vida política de Coimbra fica enriquecida com este valioso contributo, proveniente de quem pensa, discute e ama a sua cidade. Nas páginas que se seguem há opções, soluções e, principalmente, sente-se que há vida.

António José Seguro

Índice

O CAMINHO QUE ESCOLHEMOS	1
O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	3
PENSAR GLOBAL, AGIR LOCAL	5
O PODER LOCAL	11
UM NOVO PARADIGMA DE GESTÃO AUTÁRQUICA.....	11
<i>O Terceiro Pilar</i>	<i>11</i>
<i>As Organizações de Substrato Pessoal - Participação,</i>	
<i>Proximidade e Eficácia.....</i>	<i>12</i>
<i>Projectos Piloto – O Orçamento Participativo</i>	<i>13</i>
RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS.....	13
<i>Abordagem na óptica da própria empresa.....</i>	<i>14</i>
<i>Enquadramento no Plano de Incentivo ao Empreendedorismo .</i>	<i>15</i>
TURISMO E CULTURA	15
DESPORTO.....	18
<i>O Desporto como imperativo da agenda autárquica/</i>	
<i>Projecção na comunidade.....</i>	<i>19</i>
<i>Generalizar a prática desportiva</i>	<i>20</i>
AMBIENTE.....	21
POLÍTICAS DE INCLUSÃO	23
<i>Imigração</i>	<i>23</i>
<i>Igualdade de Género.....</i>	<i>26</i>

<i>Cidadãos Portadores de Deficiência</i>	30
EMANCIPAÇÃO JOVEM	33
EDUCAÇÃO NÃO FORMAL	34
EMPREGO.....	36
<i>Estratégias locais para o emprego</i>	37
<i>Formação Profissional</i>	38
HABITAÇÃO	40
PLANO DE INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO	43
A NOSSA RESPOSTA	49

O Caminho que escolhemos

A Juventude Socialista é uma organização profundamente comprometida com um modelo de sociedade que, preconizando o desenvolvimento económico e, por essa via, a produção de riqueza, se não conforma com assimetrias de distribuição que concentrem injustificadamente aquele precipitado nas mãos de alguns, colocando a generalidade dos cidadãos à margem do bem-estar, do conforto e de patamares mínimos de sobrevivência. Não acreditamos na cartilha matemática da direita que, confiando indiscriminadamente na “mão invisível” do mercado, prescinde do papel regulador do Estado nas relações económicas e sociais. É aliás esta a concepção que decorre da Constituição da República que, apesar de constantes investidas por parte de alguns sectores da sociedade portuguesa, permanece – no que a este tema diz respeito – actual, ambiciosa, pertinente e referencial.

Ora, o Poder Constituinte de 1976 abriu as portas ao estabelecimento de estruturas locais que, sendo formalmente autónomas da administração central e dispondo de legitimidade democrática própria, desempenham um papel decisivo na aproximação dos cidadãos aos centros de decisão política, na participação democrática e na satisfação, em termos mais eficazes, dos interesses das populações. Falamos, naturalmente, das Autarquias.

Neste momento, à beira de eleições autárquicas e chamada a pronunciar-se, a JS/Concelhia de Coimbra teria a possibilidade de optar por um de dois caminhos:

- Produzir um enunciado de medidas avulsas que justificassem a sua intervenção neste processo, sabendo que, na verdade, é ao primeiro dos vereadores eleitos que caberá a gestão autárquica – um conjunto de medidas necessariamente circunscritas no tempo e pouco ambiciosas.
- Ou esboçar outra abordagem – cremos que mais ambiciosa e mais adequada a cumprir o papel que julgamos estar acometido a uma organização política de juventude como a nossa: observar a realidade social e política; avaliar com sentido crítico o actual estado da gestão autárquica; e lançar pistas para o futuro, com uma preocupação de sustentabilidade que possa enquadrar a actuação dos decisores a este nível de intervenção política, pelo menos, no horizonte da próxima década.

Foi este último o caminho que conscientemente escolhemos. É o território do sonho e da utopia. O território da generosidade ambiciosa que muitos confundirão com sobrançeria. Mas acreditamos que é este o nosso caminho. E acreditamos que é assim que verdadeiramente contribuimos para mudar o nosso mundo e a nossa cidade. À margem do que é comum ser feito. Tentando que a nossa mensagem não seja apenas um instrumento de persuasão para o próximo dia 9 de Outubro.

O Desenvolvimento Sustentável

Aproximar os destinatários da decisão política e do processo decisório e fazer do indivíduo actor crítico do desenvolvimento local. É este o fundamento e o sentido do poder autárquico.

Como disse António Barreto, “No sentido político e cívico, participação é a acção tendente a envolver um cidadão ou um grupo de cidadãos nos processos comunitários, cívicos e políticos que lhes dizem respeito. Mais concretamente ainda, é o processo pelo qual um cidadão ou um grupo de cidadãos tentam influenciar as decisões que lhes interessam”.

Assim, analisando a nossa ainda breve experiência de poder local, influenciará o cidadão, de facto, as decisões que lhe interessam?

E em caso afirmativo, estarão os mandatários políticos dos cidadãos em condições de garantir eficácia nas decisões tomadas?

É urgente que a participação do indivíduo e em particular dos mais jovens num projecto comum de desenvolvimento da comunidade, se torne uma realidade mais sólida. Os problemas são hoje mais complexos e transversais. Globais na concepção e locais na incidência.

Os autarcas têm deixado de ser referências de representação democrática e interlocutores privilegiados na gestão do objecto público. O espaço que medeia entre eleitos e eleitores neste plano de relacionamento democrático, caminha paradoxalmente para um distanciamento que determina um fosso responsável pelo desencanto e desesperança que cada vez mais caracteriza a avaliação que é feita da actividade política.

Raros autarcas têm sido capazes de promover a coesão social, a empregabilidade, melhores índices de desempenho ambiental e a prestação de serviços culturais que se afigurem como verdadeiras mais valias para os cidadãos. É notória a dificuldade em promover modelos de desenvolvimento

sustentáveis, ceifando a info-exclusão e esbatendo as barreiras geográficas em termos que permitam estabelecer uma base de igualdade, a partir da qual cada indivíduo possa fazer o melhor uso das suas capacidades, em nome de projectos individuais mas cuja projecção se transfira para o domínio da colectividade.

É tempo de abandonar um certo autarco-centrismo que se enraizou, em nome do estabelecimento de um antropocentrismo de matriz colectiva. Urge, pois, recentrar a gestão autárquica no indivíduo e na sua capacidade de gerar, através de projectos colectivos, bens públicos indispensáveis. É importante promover a reestruturação do poder autárquico em função de um novo paradigma.

Estamos em condições de dizer que, na verdade, e voltando à Constituição, ela tem a virtude de, tendo sido produzida à 30 anos, anunciar de forma quase profética aquele que é um hoje um dos mais fundamentais desígnios da agenda política internacional e, em particular, da União Europeia – o **Desenvolvimento Sustentável**. Este conceito traduz-se numa abordagem ao crescimento da economia que considere o progresso em sentido amplo, e que contemple, para além daquele vector, o bem-estar social, o livre acesso à cultura e à prática desportiva, a sustentabilidade ambiental. Em suma, um caminho harmonioso de progresso que aborde a realidade global e a competitividade económica, sem perder de vista o indivíduo e os seus mais elementares Direitos, Liberdades e Garantias. **É um conceito chave que deve apurar o exercício do poder autárquico nas próximas décadas.**

Pensar Global, Agir Local

É o principal desafio do século XXI! Sem que nada possamos fazer, a globalização tomou conta do nosso espaço social e económico. O fácil acesso à informação, a crescente mobilidade e o multi-culturalismo reformularam os processos de governação.

A sociedade do conhecimento surge assim como o principal factor competitivo para o recentramento das relações no sistema mundial. A tecnologia, a concepção e a liderança assumem-se como centrais mais valias nas sociedades desenvolvidas, contrastando com uma periferia social, onde desemboca a deslocalização das principais empresas, imperam os salários baixos, as baixas competências e a ausência de direitos sociais.

Pensar hoje em inserção no sistema mundo é, acima de tudo, reflectir sobre o valor que um espaço, um lugar, um tempo, ocupam na dinâmica global desse sistema.

Num mundo onde, ciberneticamente, é possível trabalhar em tempo real, com a mesma eficácia, em Coimbra ou numa empresa sediada em Nova Iorque, Tóquio ou Sidney, importa reequacionar a noção de espaço, repensar o tempo e redefinir o conceito de lugar.

Neste contexto, o que permitirá distinguir um determinado espaço geográfico ao nível local, nacional ou global, será a sua capacidade para atrair e fixar pessoas com competências específicas, que se tornem “centrais” nesta nova fase da economia mundial.

A construção de uma economia baseada nos baixos salários – prática comum nas indústrias têxtil e do calçado sem qualidade – está obsoleta. Outros países já conseguem produzir mais, melhor e a mais baixos custos.

A visão que, no passado, foi um factor competitivo e gerador de investimento estrangeiro em Portugal, é hoje um fenómeno que se traduz no

aumento progressivo da instabilidade social e laboral. As próprias pressões inerentes a este tipo de mercado, acabaram por degenerar numa redução dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores e no fomento de um sector empresarial sem motivação para investir na formação e na educação, reduzindo-se assim a realização do Estado Social e causando um aprofundamento das diferenças entre ricos e pobres.

Para contrariar esta terrível tendência, é necessária uma visão estratégica e planificada que promova o desenvolvimento. Nesta senda, só a aposta efectiva na educação, perspectivando a integração no sistema mundo e completada através da aquisição de competências ao longo da vida, permitirá empregabilidade permanente e a adaptabilidade necessária às imanências do próprio mercado.

A economia baseada no factor competitivo do conhecimento é, para nós, o caminho a seguir rumo à elevação dos patamares de desenvolvimento económico, social e cultural. Exemplos como os que nos chegam da Irlanda e da Finlândia consubstanciam esta nossa convicção.

Acompanhando estes movimentos, a União definiu agendas comuns em matérias de política de emprego, competitividade e coesão social. Foi com estes objectivos que surgiu, em 2000, a Estratégia de Lisboa.

Este documento estratégico define um modelo de desenvolvimento económico e social baseado no conhecimento e faz da empregabilidade, da adaptabilidade, do empreendedorismo e da inclusão, os quatro pilares que o sustentam.

Por outro lado, releva aspectos relacionados com a educação ao longo da vida, essenciais para que todos se preparem para o exercício de diferentes funções. Promove por esta via a adaptabilidade, por forma a prevenir fenómenos de desemprego de longa duração.

Também o empreendedorismo deve ser potenciado ao longo da formação dos mais jovens.

Tal como é dito no Livro Verde do Espírito Empresarial da Europa "(...)o espírito empresarial é acima tudo uma atitude mental, que engloba a motivação e a capacidade de um indivíduo (...) para identificar uma oportunidade e para a concretizar com o objectivo de produzir um novo valor ou resultado económico...". Fornecer às novas gerações competências criativas e capacidade de risco, devidamente enquadradas numa cultura de espírito de iniciativa, é o caminho para a criação de uma atitude mental empreendedora e de um tecido empresarial dinâmico e qualificado.

O Pacto Europeu da Juventude, acordo firmado em 2004 pelos os principais líderes europeus, foi a reafirmação dos novos caminhos a percorrer. A aposta séria nas gerações mais jovens, como motor de uma Europa envelhecida e a alteração dos paradigmas do modelo de desenvolvimento são as ideias chave deste acordo. É por isto que o Pacto Europeu da Juventude é uma nova esperança no desenvolvimento de bases sólidas, para que a Europa do futuro prepare a transição para a Economia do Conhecimento. Estas medidas servem sobretudo para que a curto prazo possa emergir uma Sociedade de Informação de acesso universal. A Europa deve assim tornar-se o principal centro de formação e pesquisa e um campo privilegiado para o desenvolvimento de negócios inovadores.

As políticas sociais de inclusão são também uma faceta deste novo paradigma.

A Europa coetânea, mãe de um grande espaço de diversidade cultural, é ao mesmo tempo e ainda, um espaço de exclusão. Todos os que, afectados pelos infortúnios da vida ou pelo facto de pertencerem a uma minoria não são detentores de cidadania política e social plena são, em cenários de desemprego, os mais afectados. A Europa deve ser um modelo de protecção social e um modelo de inclusão.

No âmbito desta nova realidade, e feita uma análise de conjunto, é imperioso **pensar global e agir local**.

Neste sentido, o tópico **“do Mundo para Coimbra e de Coimbra para o Mundo”**, parece-nos uma inexorável referência para a edificação de uma alternativa política contemporânea.

É fundamental sedimentar um modelo de desenvolvimento estratégico para Coimbra baseado na Economia do Conhecimento. O nosso projecto assenta nas mais valias proporcionadas pela cidade e na sua acumulação com o objectivo da maximização do bem colectivo.

Coimbra – Cidade do Conhecimento, frequentada por cerca de 40000 estudantes, não tem tido a sensatez de aproveitar devidamente este imenso potencial.

A integração da Universidade na Cidade, como pólo aglutinador do desenvolvimento regional, peca ainda por defeito. É necessário alimentar o desenvolvimento de uma nova fase, que rompa com a ainda deficiente convivência entre aquelas duas estruturas.

Ainda assim, a Universidade de hoje apresenta alguns sinais de uma nova realidade, sendo os Centros de Investigação e a Incubadora de Empresas sedeada no Instituto Pedro Nunes os seus exemplos mais cintilantes.

Às autarquias do século XXI, impõe-se a articulação destas mais valias. A adopção de medidas que permitam uma boa execução do próximo quadro comunitário de apoio centrado na formação, será uma derradeira oportunidade que não pode ser desperdiçada.

A criação de um Conselho de Sábios, à imagem dos Comitês de Futuro que algumas cidades nórdicas adoptaram, pode e deve ser um veículo fundamental de articulação entre conhecimento e o poder local.

Numa cidade como Coimbra, faz sentido que a cultura seja o catalisador de transformação social e de capacitação dos cidadãos.

Assumir o desafio da organização e da planificação é para nós prioritário. A boa gestão dos espaços verdes e a reestruturação da oferta no mercado imobiliário, servem também para que aos jovens seja facilitado o acesso à sua

primeira habitação, evitando que abandonem a cidade após terminarem os seus cursos.

Ainda na gestão dos espaços verdes, é fundamental a articulação entre política desportiva e bem-estar. Queremos ver estes espaços ocupados numa dimensão de saúde colectiva. Que sejam espaços de encontro e solidariedade intergeracional.

Não somos iguais a ninguém. Somos iguais a nós próprios. Não vamos atrás de nada nem de ninguém. Temos convicções próprias. Não fazemos o que nos mandam. Move-nos aquilo em que acreditamos.

Acreditamos que um outro mundo é possível. Acreditamos que a sua realização plena começa por cada um de nós. Queremos que Coimbra – a nossa cidade – seja um exemplo de que no futuro nos possamos orgulhar.

Nesta missão, todos não serão demais. Todos os que acreditam no socialismo democrático. Todos os que crêem na igualdade entre os homens e nos valores da solidariedade e do humanismo. Assim se acertem as melhores vontades e se aprumem as maiores virtudes. Este é um desafio a que não vamos voltar as costas. É aliás, e verdadeiramente, **a nossa escolha!**

O Poder Local

Um novo paradigma de Gestão Autárquica

O Terceiro Pilar

O desenvolvimento das sociedades actuais escora-se em três sectores fundamentais:

Por um lado, o Sector Privado, cujo escopo basilar é a produção de lucro. Numa outra dimensão, o Sector Público, a quem cabe gerar a produção de bens públicos. E, finalmente, aquilo a que comumente chamamos Sector Social, Terceiro Sector ou Terceiro Pilar.

As Associações e Cooperativas, não sendo parte do Sector Estado, e subtraindo-se ao escopo lucrativo a que o mercado sujeita o Sector Privado, formam, conjuntamente com outras pessoas colectivas – como é o caso das Fundações (estas de substracto patrimonial) – aquilo a que chamamos o Terceiro Sector.

O desenvolvimento destas organizações (todas compreendidas neste Terceiro Sector) em especiais condições de proximidade com as comunidades que lhes dão fundamento e sentido, permite a prestação de bens públicos em moldes que satisfazem as necessidades colectivas com maior eficiência, eliminando desperdícios de gestão. A isto acresce a componente potenciadora

da participação cívica dos indivíduos na construção de modelos de desenvolvimento para as comunidades em que estão inseridos.

Estas são formas modelares de participação dos cidadãos na vida comunitária que devem merecer particular apoio e atenção por parte dos responsáveis autárquicos.

As Organizações de Substrato Pessoal - Participação, Proximidade e Eficácia

Num momento em que os constrangimentos financeiros dos orçamentos municipais condicionam negativamente a prestação de serviços sociais cuja concretização é inadiável, o recurso às organizações de cidadãos, em especial às de substrato pessoal (*v.g.* associações e cooperativas) devidamente monitorizadas e financiadas, permite combater o desencanto envolvendo os administrados no centro de decisão e alcançar resultados positivos a custos mais parcimoniosos.

Delegar e descentralizar, aumentando os índices de participação democrática, é o primeiro passo para credibilizar a acção política e terminar com uma concepção de democracia que se reduz à apreciação periódica, nas urnas, do desempenho dos decisores eleitos.

Estas organizações são palcos de excelência para a intervenção dos mais jovens na vida em sociedade, contribuindo para incrementar a noção de colectivo, a importância das regras democráticas e de cidadania no processo decisório e capacidade de multiplicar os índices de eficácia na gestão de proximidade.

Projectos Piloto – O Orçamento Participativo

Nesta linha, não são de excluir projectos piloto ao nível das freguesias que permitam maiores índices de envolvimento dos cidadãos na gestão da *res publica*, incentivando a elaboração de orçamentos participativos, a exemplo do que acontece nalgumas cidades brasileiras como Porto Alegre.

Num tempo em que permanentemente se questiona a forma como são canalizados os investimentos públicos – nem sempre em conformidade com os compromissos pré-eleitorais contratualizados com a comunidade votante – faz sentido que os cidadãos tenham uma palavra a dizer no que respeita às grandes opções de investimento, escolhendo, no início de cada ano financeiro, os principais destinos para que devem ser canalizadas as receitas.

Responsabilidade Social das Empresas

A responsabilidade social das empresas é um conceito segundo o qual as empresas decidem, voluntariamente, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo.

De acordo com a Comissão Europeia, a responsabilidade social das empresas é "a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interacção com outras partes interessadas".

Actualmente, são cada vez mais numerosas as empresas europeias que reconhecem de forma gradualmente mais explícita a responsabilidade social que lhes cabe, considerando-a como parte da sua identidade. Esta responsabilidade manifesta-se em relação aos seus trabalhadores e, mais

genericamente, em relação a todas as partes interessadas afectadas pela empresa e que, por seu turno, podem influenciar os resultados.

Fruto desta tendência e da responsabilidade que as empresas cada vez mais têm perante a sociedade, vejamos os exemplos desastrosos das falências fraudulentas ocorridas nos Estados Unidos, a União Europeia criou o Código de Conduta e a nível nacional foi criado o Instituto Português de *Corporate Governance*.

Estas práticas podiam ser incentivadas por parte das autarquias concedendo benefícios às empresas que os cumprissem.

Abordagem na óptica da própria empresa

Para os que possam pensar que a projecção destas responsabilidades sociais na Gestão das Empresas tem pouco ou nenhum interesse na óptica da própria empresa dir-se-á o seguinte:

- Confrontadas com os desafios de constante mudança no âmbito da globalização e, em particular, do mercado interno, são cada vez mais as empresas que vão tomando consciência de que a sua responsabilidade social é passível de se revestir de um valor económico directo;
- A experiência adquirida com o investimento em tecnologias e práticas empresariais ambientalmente responsáveis, sugere que ir para além do simples cumprimento da lei pode aumentar a competitividade de uma empresa. O facto de se transcender as obrigações legais elementares no domínio social – por exemplo, em termos de formação, condições de trabalho ou das relações administração-trabalhadores – é passível de ter também um efeito directo sobre a produtividade;

- A assumpção destas responsabilidades poderá ser um importante contributo na consolidação dos objectivos estratégicos da União definidos em Lisboa: “Tornar a União a economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social”.

Esta percepção das coisas, não sendo matéria tradicionalmente cara a uma parte dos agentes do mundo empresarial é, porém, o caminho que parece mais adequado a conciliar o desenvolvimento económico e empresarial com imperativos políticos que garantam uma cidadania digna e uma sociedade de progresso e de justiça.

Enquadramento no Plano de Incentivo ao Empreendedorismo

O enfoque no empreendedorismo que este programa revela, concedendo portanto no recrudescimento do sector económico privado, não contende, em nenhuma medida – assumida que seja aquela responsabilidade – com os imperativos de ordem social que consideramos fundamentais para a sustentabilidade global do modelo económico que defendemos para o Concelho e, mais do que isto, potencia o desenvolvimento de uma economia modelar à escala da União.

Turismo e Cultura

A inusitada associação destes vectores de desenvolvimento pareceu-nos a solução mais adequada a promover, com sustentabilidade, as melhores práticas nestes dois domínios. Na verdade, entendemos que há diversos sectores que não devem ser tratados como compartimentos estanques. Esta é, quanto a nós, a melhor forma de potenciar complementaridades e multiplicadores de resultado, que atendam às particulares características do nosso Concelho.

Abordar uma política de turismo que contemple visão de longo prazo e sustentável, impõe uma recolha das principais valências do Concelho. Aquelas que possam constituir factor de atracção turística, considerando as necessidades de especialização nesta área decorrentes de um mercado cada vez mais competitivo e cuja oferta é diversificada.

Das várias considerações que já tecemos, resulta clara a mais valia de Coimbra como Cidade de Conhecimento o que, entendido em sentido amplo, envolve diferentes domínios que incluem, não só a investigação e o produto científico em sentido estrito, mas também o Património Histórico-Cultural.

São estas as valências que devem ser potenciadas do ponto de vista da satisfação de procura turística, promovendo a memória histórica da cidade, as suas bandeiras culturais – onde avulta o Fado de Coimbra – e óbvias potencialidades ao nível do turismo científico.

O fado é amplamente divulgado como propriedade nacional e parte da nossa identidade. Porém, este objecto cultural tem sido quase exclusivamente associado ao género musical de Lisboa. Julgamos que é tempo de sobrelevar o inestimável contributo de Coimbra para a Canção Nacional. As reflexões e discussões levadas a cabo a este respeito percorrem um vetusto trilho histórico e literário. Julgamos que importa, essencialmente, respeitar o passado, concedendo porém na contemporaneidade e nas virtudes próprias que advêm da normal evolução das sociedades.

A grande participação que a comunidade estudantil teve na construção deste fenómeno cultural ao longo dos séculos, justifica o facto de os grandes nomes da cultura portuguesa terem sido cantados por diversas vozes e em diversos pontos do globo. O Fado de Coimbra foi sempre um veículo de promoção cultural, embora quase sempre por via de deslocações internacionais por parte dos executantes. É tempo de o fazer ouvir em Coimbra, apostando com ousadia na oferta turística a este nível.

Porque não ousar numa candidatura do Fado de Coimbra a Património Mundial da UNESCO? Este seria ou não um argumento de monta para que Coimbra fosse escolhida como destino turístico?

Mas o Fado deve ser fundamentalmente um pretexto para que se possam dar a conhecer as riquezas históricas e culturais que Coimbra – como poucas cidades no País – tem para oferecer.

Sabendo que a Câmara Municipal exerce amplos poderes no domínio do ordenamento do território, na definição de área de desenvolvimento turístico, na aprovação de projectos e autorização de abertura e funcionamento de estabelecimentos, bem como na sua fiscalização, não pode ficar alheada da importância da actividade turística para a cidade e para o concelho. É fundamental para o seu desenvolvimento, que a autarquia celebre protocolos com todos os actores do mercado turístico, pois só desta forma o Produto Turístico Coimbra conseguirá destacar-se do panorama nacional, e tornar-se um verdadeiro centro de oferta diferenciável e competitivo.

De acordo com a Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo, assim como com a Carta do Turismo Sustentável, o “Turismo deve considerar os seus efeitos no património cultural, e nos elementos, actividades e dinâmicas tradicionais de cada comunidade local. O reconhecimento destes factores locais e o apoio à identidade, cultura e interesse da comunidade local, devem sempre desempenhar um papel central na formulação das estratégias do turismo, particularmente nos países em desenvolvimento”. “A contribuição activa do

Turismo para o desenvolvimento sustentável pressupõe, necessariamente, a solidariedade, o respeito mútuo e a participação de todos os actores implicados no processo, tanto públicos como privados, e deve basear-se em mecanismos de cooperação eficientes a todos os níveis”.

É essencial que a qualidade da oferta não seja vista apenas como qualidade dos produtos/serviços e satisfação dos clientes, mas antes como qualidade ambiental, identidade cultural, capital humano, criatividade e inovação.

Daqui decorre a incindibilidade dos diversos vectores de intervenção turística ao nível autárquico, cumprindo os desígnios de qualidade e sustentabilidade de que não prescindimos.

Desporto

A lei constitucional portuguesa assegura o direito genérico à cultura física desportiva e compele o Estado, por si e em parceria, a promover, estimular, orientar e apoiar a actividade desportiva.

A noção de serviço público desportivo deve ser fomentada num entretecido de relações sociais que envolvam de forma proactiva os Cidadãos e o Estado, a sociedade e os agentes desportivos.

De forma assertiva e empenhada, o trabalho da autarquia deverá incidir sobre o fomento da prática desportiva infanto-juvenil e o amparo da sustentabilidade organizativa e financeira do movimento associativo no desporto.

Alguns dos eixos prioritários que relevamos, consubstanciados no respeito pelos valores próprios da prática desportiva na sociedade livre e

democrática em que vivemos, incluem o incremento dos índices de prática desportiva, a formação desportiva na escola e desenvolvimento do movimento associativo, garantindo igualdade de acesso às actividades desportivas sem discriminações sociais, físicas ou de género.

O Desporto como imperativo da agenda autárquica/ Projecção na comunidade

Faz sentido abandonar a tradicional remissão do desporto para o enésimo plano da gestão política. Mais do que os efeitos directos no bem-estar físico e mental do indivíduo que decorrem da prática desportiva, importa referenciar esta prática como factor de promoção de:

- Fair play social

A componente pedagógica indissociável da prática desportiva – em particular nos desportos colectivos – pode potenciar práticas de relacionamento inter-individual que, se fomentadas nas primeiras etapas de desenvolvimento social dos cidadãos, se transpõem com frequência para o plano das relações comunitárias. Por esta via, podem ser promovidos os valores da justiça, da solidariedade, da partilha e assumpção de responsabilidades, em especial nas comunidades socialmente mais instáveis e que indiciem especiais factores de risco.

- Disciplina e esforço individual

Em boa medida, o desporto pode, também ele, potenciar padrões de comportamento que valorizam a disciplina e o esforço individual, alavancando os percursos educativos dos jovens e esbatendo, por esta via, a ideia de que a aprendizagem se forja num ambiente profusamente descrito pela expressão “os meninos a saltar e os cavalos a correr”.

A educação ressalta, obviamente, como factor chave na sedimentação e produção de conhecimento. Nesta medida, é importante transmitir que os

processos de aprendizagem requerem esforço, dedicação e disciplina. À semelhança dos empreendimentos que pretendemos potenciar a partir daquele factor produtivo.

O Desporto surge assim como elemento catalisador de boas práticas na vida comunitária e actividade chave na promoção da coesão social, em particular nos meios juvenis mais carenciados e onde não abundam referências de valor externas.

Generalizar a prática desportiva

Na senda do teor programático do manifesto governativo, advogamos a criação de um **Programa Concelhio de Desporto para Todos**, resultante de parcerias de organismos públicos e privados, incentivando o voluntariado no desporto e dignificando o agente desportivo. A democratização da prática desportiva junto das franjas marginais do concelho, nomeadamente nas freguesias da orla rural, só é exequível através do desenvolvimento de um **programa integrado de construção e recuperação de infra-estruturas desportivas** que favoreça um maior acesso dos cidadãos à prática do desporto, corrija desequilíbrios na matriz de dispersão geográfica de infra-estruturas e garanta a sustentabilidade dos equipamentos desportivos.

Ao nível de Coimbra, não basta apenas anunciar a inauguração de várias piscinas, é necessário pô-las ao serviço da população.

Por outro lado, a autarquia deverá também, em conjugação com uma correcta política de ocupação dos solos, criar as condições necessárias à prática desportiva e à instalação de facilidades desportivas públicas e gratuitas em zonas de forte concentração populacional.

Ambiente

Importa em primeiro lugar deixar claro que a área do ambiente não é um compartimento estanque da gestão política. Todas as insuficiências de desempenho a este nível têm custos ocultos – como os custos sanitários da má qualidade do ar e os custos económicos de limpeza da poluição – e riscos inerentes, que poderão restringir a capacidade da UE para atingir os objectivos de Lisboa.

Por outro lado, é quase impossível falar de desenvolvimento sustentável e em particular de políticas ambientais sem uma breve referência ao Protocolo de Quioto.

Decorrente de uma percepção mais ou menos generalizada de que é fundamental estabelecer metas colectivas ao nível da protecção ambiental, este documento tem como principal desiderato obrigar os países desenvolvidos signatários a reduzir em 5,2 por cento as suas emissões de gases de efeito estufa até ao período entre 2008 e 2012. Os 15 países da União Europeia deverão diminuir em oito por cento as suas emissões, os EUA em sete por cento e o Japão em seis por cento.

Desafortunadamente, no que respeita a esta matéria, é inevitável referir que, apesar de a 20 de Maio de 2001, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, ter desafiado directamente o Senhor Bush a alterar a sua política sobre as alterações climáticas, num discurso na Universidade de Massachusetts, este não se demoveu dos seus propósitos, criticando, a 11 de Junho do mesmo ano, as “imperfeições infelizes”, a “falta de realismo” e a inconciliabilidade do documento com o desenvolvimento económico.

Os Estados Unidos são apontados como responsáveis por 25 por cento das emissões destes gases, sendo que ao nível do CO₂, a mais perigosa das

substâncias, os EUA serão, de acordo com a Reuters, responsáveis pela emissão de 36,1 por cento do dióxido de carbono para a atmosfera...

A despeito desta realidade, o certo é que, à semelhança da necessidade apontada por Quioto para que se estabeleçam metas conjuntas ao nível Mundial, as metas Portuguesas podem e devem decorrer de uma estratégia concertada entre as várias regiões do País. Coimbra não será excepção.

A aposta nas novas tecnologias e no conhecimento como factores-chave de uma estratégia como a que defendemos para Coimbra, permite que o desenvolvimento económico possa ser uma realidade sem recurso a práticas indústrias “pesadas”, com enormes emissões poluentes e graves consequências a médio e longo prazo, não só do ponto de vista económico, mas também no que respeita à própria sustentabilidade do Homem no mundo em que vivemos.

Verdadeiramente, não é possível pensar o desenvolvimento económico e social, numa perspectiva de longo prazo, sem preocupações de sustentabilidade que contemplem não só o lucro imediato, mas também todas as externalidades negativas que decorrem das más práticas ambientais.

Numa sociedade globalizada como aquela em que vivemos, as próprias empresas começam a compreender progressivamente as vantagens económicas que podem retirar de um comportamento exemplar em matéria de produção e tratamento de resíduos. O prestígio que daí lhes advém, é passível de incorporação nos lucros e de se afirmar como factor diferenciador num mercado cada vez mais competitivo.

Projectar o futuro com responsabilidade ambiental é honrar compromissos inalienáveis com as gerações vindouras. Mais do que traçar para estas gerações um futuro saudável e equilibrado, é permitir que elas tenham, de facto, um Futuro.

Por outro lado, o cumprimento das metas impostas por Quioto permite que um país pouco poluente possa vender a um país poluidor, numa espécie de “bolsa de emissões poluentes”, a possibilidade de poluir mais do que aquilo que

lhe é permitido. Pensando em Portugal, tal possibilidade assemelha-se a uma óptima solução para resolver alguns problemas financeiros que o país atravessa.

Políticas de Inclusão

Imigração

Nos anos de 1960 assistiu-se a uma reversão dramática do perfil trans-mundial de migrações. As descolonizações – quase sempre traumáticas –, o aprofundamento das desigualdades económicas e sociais entre as antigas potências colonizadoras e as nações emergentes e o progressivo envelhecimento das populações ocidentais contribuíram para que uma imensa mole de desafortunados, provenientes dos países em desenvolvimento, demandasse o próspero Ocidente com o intuito de melhorar as suas condições de vida.

Portugal, um país tradicionalmente ligado à emigração, tornou-se, sobretudo a partir dos anos noventa do século passado, um destino de trabalho para um número crescente de pessoas oriundas de diversas partes do mundo, nomeadamente de alguns países do antigo bloco soviético (Ucrânia, Roménia, Moldávia, entre outros), dos PALOP e do Brasil.

As primeiras vagas de imigrantes procedentes das antigas colónias portuguesas chegaram no princípio dos anos 70. Após o 25 de Abril, o número destes imigrantes incrementou progressivamente, principalmente na década de oitenta, quando se tornaram num dos alvos das redes de trabalho ilegal. O total de imigrantes africanos, com a situação legalizada, ascendia em finais de 2002

a mais de 120 mil pessoas, na sua maior parte provenientes dos PALOP (116 mil). O número de imigrantes ilegais – que vivem frequentemente em condições miseráveis – é presumivelmente o dobro, amontoando-se em bairros clandestinos na orla de Lisboa.

No desfecho da década de oitenta, aumentou o fluxo de imigrantes brasileiros. Dedicaram-se sobretudo a actividades no âmbito da restauração, construção civil e comércio. Importantes redes clandestinas nutrem o mercado da prostituição, não só para Portugal, mas para toda a Europa.

A derradeira vaga, em finais dos anos noventa, provém dos países da Europa de Leste. Esta imigração deveu-se sobretudo ao facto dos países do norte da Europa terem nos últimos anos fechado as suas fronteiras.

Os países do sul da Europa, como Portugal e Espanha, revelam crescentes carências de mão-de-obra. Redes de trabalho clandestinas alimentam o sector da construção civil em franca expansão.

Um país como Portugal, que ainda há pouco tempo era um país exportador de mão-de-obra, continua reticente ao acolhimento de imigrantes. Não é pois de estranhar que o Estado não tenha um projecto efectivo de integração e resguardo dos imigrantes. De uma forma incompreensível, verificamos que o Estado, nos últimos trinta anos, acabou por cometer os mesmos erros que acusou outros países de praticarem em relação à integração dos emigrantes portugueses.

É óbvio que a integração das minorias étnicas que formam o grosso da imigração não pode ser levada a cabo unicamente por medidas de Estado, banindo a sociedade dos projectos e sobretudo, das implicações morais, da integração. Os portugueses têm sabido acolher, salvo raras excepções, os imigrantes de uma forma justa e afável.

Na verdade, o Comissário Europeu para os Direitos Humanos, Gil-Robles, afirmava no seu relatório de 2003 que "o aumento do número de estrangeiros em Portugal foi absorvido sem crescimento de tensões sociais ou raciais", o que

atesta "a abertura geral e da tolerância da sociedade portuguesa e um exemplo para outros países da Europa."

O debate político sobre imigração é um território muito delicado, não só para Portugal, mas, de uma forma geral, para todas as democracias ocidentais.

Se é certo que em Portugal, nunca uma expressão político-partidária verdadeiramente xenófoba se chegou a afirmar no quadro democrático, não é menos verdade que em França, com Le Pen, na Áustria, com Jörg Haider, na Holanda, com Pim Fortuyn, ou na Itália, com Umberto Bossi e Gianfranco Fini, só para citar alguns exemplos mais mediatizados, as correntes neo-fascistas têm vindo a alcançar uma expressão cada vez maior.

O afluxo de imigrantes às democracias ocidentais acarretou a transformação da paisagem cultural relativamente uniformizada numa paleta multicultural que é ferozmente criticada pelos prosélitos do neo-fascismo.

Esta xenofobia não faz mais do que apropriar-se das concepções do relativismo cultural, que, se por um lado suspende os juízos acerca da diferença cultural, por outro lado valoriza desmedidamente essa diferença. De facto, o repúdio dos grupos racizados não se faz em nome de uma postulada desigualdade biológica, mas sim em nome da dissemelhança cultural, encarada como produtora de desigualdades dos sistemas culturais, em que os membros de culturas diferentes vivem em mundos morais distintos.

Este neo-racismo, ou "racismo cultural" incorpora uma lógica diferencialista que acentua mais as especificidades culturais dos grupos discriminados que propriamente as diferenças.

Em sociedades com histórico de emigração, como a portuguesa, a reminiscência da obrigação perante os que nos acolheram e o imperativo moral de agora receber os que nos procuram concorrem para políticas de tolerância e integração. Uma abordagem judiciosa e realista do corpo político não pode ignorar a opinião pública relativamente ao incremento da imigração e deve restringir preventivamente as possibilidades de instauração e crescimento de

cadeias xenófobas. Uma aposta vigorosa numa integração social correcta dos imigrantes é fundamental, num quadro do respeito absoluto do princípio de equidade entre cidadãos nacionais e cidadãos imigrantes. Isto só será possível quando o *ethnos* deixar de mover correntes e desaparecer definitivamente a clivagem entre “nós” e os “outros”.

Portugal tem, assim, que traçar políticas de emprego, segurança social e educação para responder às necessidades específicas dos imigrantes, e **o empenho autárquico poderá ser um factor importante na estimulação da integração, no combate às redes de imigração ilegal e a precariedade no emprego promovidas pelo estatuto de ilegalidade, no ensino da língua portuguesa aos imigrantes não lusófonos, na formação para a cidadania, na integração escolar e social das famílias emigrantes e na propagação dos ideais de tolerância e fraternidade.**

Como defensores do associativismo privado, entendemos que a autarquia deveria olhar seriamente para projectos levados a cabo por elementos da sociedade civil que têm como objectivo a inclusão dos imigrantes na sociedade portuguesa através do ensino da língua e do auxílio na procura de emprego e no processo de legalização.

Igualdade de Género

Observando o desemprego em Portugal (dados de 2003), verificamos que afecta 7,3% de mulheres e 5,6% de homens, numa população activa em que 46,2% são mulheres e 57,7% são homens;

Quanto ao acesso a lugares de chefia e a cargos de responsabilidade: na Administração Pública Central, apesar de as mulheres constituírem mais de metade dos efectivos, a nível dirigente contamos apenas com uma taxa de feminização de 14,5% (categorias de directores-gerais) e de cerca de 33% nas categorias de subdirectores-gerais e directores de serviço. Somando os quadros

superiores das empresas aos da administração pública, obtemos 32% de mulheres (dados de 2000);

Na divisão das tarefas na vida doméstica, segundo inquéritos recentes, em média, as mulheres trabalham mais duas horas por dia do que os homens no conjunto da actividade profissional e a vida familiar e dispõem, cada dia, de menos uma hora do que os homens para o lazer.

Em 2003, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, analisando a crueza dos números relativos à violência, assédio e maus tratos, cada mês morrem cinco mulheres vítimas de violência a (APAV) tomou conhecimento de cerca de 14.000 crimes respeitantes a situações de violência no seio da família, em que 91,5% das vítimas são mulheres.

O socialismo democrático do século XXI exige uma nova organização social assente na paridade entre mulheres e homens.

Qualquer visão estratégica de construção social, quer a nível nacional quer local, tem hoje, obrigatoriamente, de ter como eixo central a concretização da igualdade entre mulheres e homens.

Não é possível promover eficazmente o crescimento quando não criamos condições de aproveitamento máximo dos recursos de que dispomos, desde logo os recursos humanos.

O caminho para promover eficazmente a igualdade passa pela definição de políticas activas. A transversalização da perspectiva da igualdade nas políticas de emprego e sociais, na educação e na justiça é o que importa garantir.

O modelo das pequenas, pontuais e isoladas medidas de discriminação positiva e suposta defesa das mulheres está esgotado. Importa lançar a mudança. Uma mudança exigente, inconformista e ambiciosa que passa inevitavelmente por uma estratégia de *mainstreaming* que analise todas as políticas numa perspectiva de género tendo em conta a realidade social dos homens e das mulheres, baseando-se num conhecimento interdisciplinar dos

desequilíbrios existentes, envolvendo todas as instituições e implicando todos os actores envolvidos na definição e implementação das políticas.

Não há esquerda democrática sem o compromisso e a ambição de concretizar a paridade entre mulheres e homens como requisito prévio do desenvolvimento equilibrado e sustentável.

O PS foi pioneiro na definição de políticas de igualdade entre mulheres e homens, de transversalização dessas mesmas políticas, e de introdução na estrutura organizativa do governo de uma tutela específica e exclusiva para a igualdade entre mulheres e homens

Para que possamos assumir responsabilmente compromissos de maior produtividade, competitividade e qualidade de vida devemos promover condições que permitam, às mulheres e aos homens, a maximização e eficácia da sua participação no mercado de trabalho e na organização das suas vidas.

O nível de intervenção do poder local é fundamental pela sua proximidade com as pessoas e com o quotidiano das pessoas. É por isso crucial que a acção do PS nas autarquias seja marcada pela concretização da igualdade entre mulheres e homens. É essencial:

- Valorizar o tradicionalmente feminino pelo reconhecimento das funções de coesão social habitualmente desempenhadas por mulheres;
- Reforçar a protecção da maternidade e a paternidade com instrumentos efectivos que garantam a conciliação da vida familiar com a vida profissional e social;
- Aumentar a participação política das mulheres. “As mulheres representam mais de metade dos recursos potenciais da humanidade e a sua subrepresentação no processo de tomada de decisão constitui uma perda para o conjunto da sociedade” – Declaração de Atenas

- Ter em conta o tempo e a qualidade de vida das mulheres e dos homens no planeamento das cidades;
- Reforçar as medidas e a eficácia do actual quadro legal de combate à violência. Uma em cada três mulheres portuguesas é vítima de violência continuada e repetida. Na Europa a violência doméstica é a primeira causa de morte nas mulheres entre os 19 e os 44 anos. Continuar a aceitar passivamente as dificuldades da aplicação de medidas como a do afastamento do agressor é inaceitável. O combate a este flagelo tem que ser uma das bandeiras de qualquer programa político.
- Proporcionar serviços comerciais, formação e acesso aos mercados, informação e tecnologia, particularmente às mulheres com poucos rendimentos;
- Libertar a sociedade da imposição de “papéis” exclusivos para os homens e para as mulheres; os papéis sociais de género não são mais que a tradução comportamental dos estereótipos de discriminação sexual.
- Reforçar as condições para a autonomia e segurança económica das mulheres e autonomia das mulheres no mercado de trabalho e dos homens na vida familiar de acordo com os objectivos estratégicos definidos pela Plataforma de Acção de Pequim;
- Estimular os agentes da actividade económica e os parceiros sociais a concretizar boas práticas em matéria de igualdade entre mulheres e homens.

As questões da igualdade entre mulheres e homens são questões centrais, estratégicas e decisivas a qualquer projecto de desenvolvimento sustentado e de qualidade. As autarquias devem também assumi-lo e dar-lhe a dimensão e visibilidade política correspondente.

Não perceber que estas são questões essenciais de qualquer agenda política, é abdicar de responder aos reais problemas das pessoas, das famílias e da sociedade. É abdicar da construção de uma sociedade justa, desenvolvida e equilibrada.

Cidadãos Portadores de Deficiência

Na nossa sociedade é evidente a situação de exclusão e marginalização social experimentada pelas pessoas portadoras de deficiência: um facto facilmente constatável se atendermos à reiterada estigmatização que estes cidadãos sofrem em áreas tão importantes como o acesso à educação, à saúde ou ao emprego.

Estes “cidadãos invisíveis” – condenados por uma visão essencialista da sociedade, que não só os rotula face às suas limitações físicas, como produz uma pleora de barreiras sociais que os impede de se visibilizar de forma plena – situam-se entre os estratos mais pobres da sociedade. O *Eurostat* calcula que a percentagem de pessoas atingidas por alguma forma de deficiência se situa entre os 10 e os 12% na maior parte dos Estados-Membros da União Europeia.

A responsabilidade fundamental de sanar as consequências que advêm das deficiências recai sobre os governos. Todavia, isso não atenua a responsabilidade da sociedade em geral, nem dos indivíduos e organizações. Os governos e as autarquias devem ser os primeiros a estimular a consciência da população quanto aos benefícios que seriam obtidos com a inclusão das pessoas portadoras de deficiência em todas as esferas da vida social, económica e política, ousando a instituição de uma verdadeira política de igualdade de oportunidades. A igualdade de oportunidades é o processo mediante o qual o sistema geral da sociedade – o meio físico e cultural, a habitação, o transporte, os serviços sociais e de saúde, as oportunidades de

educação e de emprego, a vida cultural e social, inclusive as instalações desportivas e de lazer – se torna acessível a todos.

As pessoas portadoras de deficiência são severamente afectadas pelo desemprego. Desse modo, os propósitos das iniciativas governamentais e autárquicas devem passar necessariamente pela promoção das suas possibilidades de emprego. O Estado e as autarquias terão que se incumbir de realizar verdadeiramente uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias, de promover o acesso à educação e de facilitar a sua autonomia de mobilidade, fazendo cumprir a legislação em vigor relativa a transportes públicos e edifícios públicos e particulares. Esta estratégia tem que se estribar na **igualdade de direitos e oportunidades** e na **não discriminação**.

Um outro aspecto em que se nota uma discriminação em relação aos portadores de deficiências e que facilmente seria resolvido por uma autarquia empenhada, é a mobilidade e a acessibilidade nas vias públicas e nos serviços públicos e culturais. Não se percebe como é que algumas salas de espectáculo do concelho não são acessíveis a deficientes motores, nem como, com a tecnologia actualmente existente, os museus não possam ser visitados no verdadeiro sentido do termo por invisuais.

Emancipação

Jovem

A nossa geração, que paulatinamente vai ocupando o seu lugar na sociedade, assume-se com um novo espírito, próprio da era tecnológica e livre em que cresceu. Contudo, deparamo-nos com conjunturas bem diferentes das que balizavam o mundo de há 30 anos, quando a afirmação individual despontava através de um casamento precoce ou de uma licenciatura.

A emancipação continua, no entanto, uma prioridade. Uma casa, um emprego e uma remuneração são os sonhos de todos os que se prepararam para encarar o mundo de frente. Consegui-lo antes dos trinta anos, é um ensejo que esbarra no mar de exigências que uma sociedade desregulada e individualista impõe.

Habitação a custos descontrolados, estágios não remunerados e uma taxa de desemprego que parece só conhecer o caminho ascendente, tornaram esta emancipação uma miragem para demasiados jovens.

Apesar de este ser o cenário geral no nosso país, Coimbra assume-se, negativamente, como expoente destas dificuldades. Acolhendo um mercado imobiliário que pratica um preço por metro quadrado dos mais caros do país e uma taxa de desemprego que aumentou 45% nos últimos quatro anos, a “cidade dos estudantes” parece teimar em esquecer os mais de 40 mil jovens que nela se preparam para a vida pessoal e profissional.

Uma sociedade avançada exige uma juventude emancipada, confiante, participante e dinâmica. A emancipação é fundamental para que a nossa geração possa dar o seu contributo para o desenvolvimento e progresso de Coimbra. É fundamental criar condições para que se removam os obstáculos que ainda persistem no que toca à autonomia social plena dos jovens. É necessário criar um **Plano de Emancipação Jovem** que aglutine como factores de eficácia a Educação Não Formal, o Emprego e a Habitação.

Educação não formal

O desenvolvimento e evolução do sistema de ensino em Portugal construíram-se com base numa formação teórica, muitas vezes desajustada da realidade do mercado de trabalho. Consequentemente, o sucesso obtido na educação não significa, muitas vezes, sucesso em termos de empregabilidade.

A necessidade de complementar a formação teórica permitindo a transição para a realidade do mercado de trabalho é urgente.

Uma rápida e precoce integração em estruturas que desenvolvam as capacidades de envolvimento, organizacionais e empreendedoras dos jovens, é indispensável como complemento da sua formação teórica.

A evolução da economia e o conseqüente aumento da competitividade em todos os seus sectores, impõe hoje que a formação do indivíduo não se baste com o plasmado em sebtas, não raras as vezes, amareladas com o peso da desadequação. Como resposta a esta nova realidade, que não se satisfaz com as competências adquiridas no sistema de educação formal, é essencial uma aposta clara no Movimento Associativo Juvenil, com o

consequente reforço que isso acarretará em termos de **educação não formal** e **espírito empreendedor**.

No mundo global em que vivemos, recombinação permanente de culturas e experiências, não nos podemos bastar com “casos-escola” repetidos e repisados. Assim, não podemos desconsiderar uma educação não formal séria, que se destaque no fornecimento de competências que os jovens não adquirem em ambientes mais formais.

No movimento associativo, dada a sua natureza participativa, os jovens são activamente incentivados a tomar decisões que os responsabilizem quando confrontados com o evoluir dos processos. A participação associativa permite o desenvolvimento das capacidades empreendedoras do indivíduo, obrigando-o a agir activamente perante situações concretas que o “mundo real” lhe apresenta e que dificilmente se reproduzem numa sala de aula.

O incentivo ao Associativismo Juvenil deve ser devidamente valorizado, criando-se condições de articulação com a formação teórica. A gestão autónoma deste tipo de organizações juvenis, inseridas num universo de similares, coloca-as numa posição de constante concorrência saudável em que só a capacidade empreendedora dos associados permitirá obter o destaque egoístico, inato e necessário a cada uma na prossecução dos seus desígnios.

Uma aprendizagem deste género, alicerçada em experiências reais e construída na própria sociedade, servirá não só o indivíduo enquanto tal, mas simultaneamente, todos os que com ele conviverem no futuro.

Emprego

O desemprego jovem é o dobro da população activa, sendo por isso fundamental a adopção de políticas activas de emprego para os jovens.

Na necessária e premente reflexão sobre a crescente ameaça do aumento do desemprego jovem, não podemos deixar de focar o importante e decisivo momento da transição da educação para o emprego. Essa transição tem que deixar de ser vista como um simples passo da escola ou universidade para o mercado de trabalho. Deve, sim, ser entendida como um processo que possibilite uma transição suave e bem sucedida, reduzindo as hipóteses de insucesso.

Os jovens são particularmente vulneráveis na transição do sistema de educação para o mercado de trabalho. Em particular os mais carenciados que não contam com apoio familiar por dificuldades económicas.

Estas dificuldades surgem devido a três alterações no padrão de transição:

- A transição ocorre mais tarde, visto que o indivíduo fica retido mais tempo no sistema de ensino;
- A duração da transição é maior devido à grande insegurança do mercado de trabalho;
- Os jovens estão mais vulneráveis durante esta transição devido às mudanças no sistema de protecção social e desregulamentação do mercado de trabalho.

Estas mudanças têm um impacto fortíssimo em outros aspectos da vida dos jovens, atrasando em muito a sua autonomia e independência.

A resposta a esta transição tem sido dada através de estágios colocados à disposição dos jovens. Estes estágios, pensados para integrar o jovem

trabalhador no mercado de trabalho e na própria empresa que o disponibiliza, não têm servido os seus intentos. A experiência de jovens estagiários licenciados, com competências próprias resultantes da sua longa formação escolar, mas desempenhando funções completamente desajustadas daquelas competências resulta, frequentemente, num factor de desmotivação.

Estratégias locais para o emprego

Actualmente, apenas 63% da população europeia em idade activa tem emprego, e essa percentagem mantém-se estável. Atingir o objectivo de aumentar esta percentagem para 70% até 2010 significa criar 22 milhões de postos de trabalho até essa data, e para além disso conseguir convencer as pessoas a não optar por uma reforma antecipada, oferecendo-lhes perspectivas de trabalho mais flexíveis durante os últimos anos da sua vida de trabalho.

Tal como definido na **Estratégia Europeia de Emprego**, o papel das autarquias locais deve ser reforçado, para que seja possível combater a precariedade e a instabilidade a este nível. Este reforço ajudará no potenciamento de quatro vantagens: proximidade geográfica, poder económico, poder de influência e contacto próximo com a sociedade de informação.

As autoridades locais estão bem posicionadas, dada à proximidade com as realidades do concelho, para uma correcta avaliação das potencialidades e principais carências da sua área geográfica, na procura das melhores soluções. Os orçamentos ao dispor destas estruturas de poder local, podem e devem ser utilizados na criação directa de emprego ou na criação de estímulos junto do mercado empresarial para o aumento de oferta de emprego. As ligações estabelecidas com os estabelecimentos de ensino locais, permitirá ainda o acesso à informação necessária e às novas tecnologias. Estas quatro vantagens, devidamente exploradas, são particularmente eficazes no apoio às micro-firmas – o sector onde o emprego tem uma taxa de evolução mais rápida – cujas

dificuldades são tão específicas que geralmente requerem respostas que só podem ser dadas ao nível local.

Só o envolvimento de todas as entidades interessadas do Concelho permitirá que este tipo de políticas se torne eficaz em matéria de execução, prosseguindo o pleno emprego, a coesão social, e uma sociedade inclusiva.

Formação Profissional

A crescente complexidade do mercado de trabalho requer, não só novas competências, como também a capacidade para uma contínua adaptação às exigências que constantemente surgem. Assim sendo, a aprendizagem durante o ciclo de vida torna-se fundamental para a segurança e sucesso no mercado de trabalho. O desbloqueamento de oportunidades de participação na formação ao longo da vida é fundamental. O factor primordial e desencadeador deste processo deve ser sempre, e ainda assim, uma forte e consistente educação de base.

O problema da inadequada oferta de educação e formação é algo que cada vez mais se aplica aos jovens que se lançam no mercado de trabalho. O esclarecimento e a informação dos jovens é fundamental para que estes adequem a sua formação à vida profissional e criem o ânimo necessário para prolongar esta prática ao longo da vida.

Com as finalidades de integração, adequação, promoção de igualdade e modernização do trabalhador com vista ao fomento da criatividade e de inovação, a formação profissional insere-se na vida profissional do indivíduo, realiza-se ao longo da mesma e destina-se a propiciar a adaptação às mudanças tecnológicas, organizacionais ou outras, favorecer a promoção profissional, melhorar a qualidade do emprego e contribuir para o desenvolvimento cultural, económico e social.

O Estado deverá desempenhar um papel activo ao definir e coordenar as políticas de formação profissional.

As empresas, por seu turno, devem adoptar o papel de executar, assegurar e promover a formação profissional inerente ao processo de adaptação entre os trabalhadores e os postos de trabalho.

Com a Lei 35/2004 foi transposta a Directiva 2002/73/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Setembro, e assim alargadas as regras sobre a formação contínua dos trabalhadores. Assumiram-se como objectivos da formação profissional a promoção e o garante da formação contínua na qualificação e reconversão dos trabalhadores desempregados, na reabilitação profissional de pessoas com deficiência e na integração sócio-profissional daqueles com particularidades dificuldades de inserção.

Assim, a nossa lei define que cabe ao empregador organizar a empresa de modo a garantir aos seus trabalhadores um número mínimo de horas de formação por ano com vista “ao incremento da produtividade e da competitividade da empresa, o desenvolvimento das qualificações dos respectivos trabalhadores, nomeadamente através do acesso à formação profissional” (art. 125º, n.º 1, alínea a) do Código do Trabalho; art. 163º da Lei 35/2004). Esperemos, pois, que os mecanismos de controle do (in)cumprimento deste instrumento, previstos na actual legislação, sejam uma realidade, sob pena de, mais uma vez, nos atrasarmos no cenário da União Europeia. É necessário enraizar definitivamente esta mentalidade no seio do mercado de trabalho para, mais uma vez, o ganho ser global!

A Câmara Municipal de Coimbra, enquanto accionista maioritária do ITAP (Instituto Técnico e Artístico Profissional de Coimbra), uma das maiores instituições de formação profissional do concelho de Coimbra, tem o dever de promover em larga escala a formação profissional como forma de conferir aos trabalhadores mais e melhores competências. A captação de novas empresas para o Concelho de Coimbra, poderá passar em grande medida pela oferta de

mão-de-obra qualificada nas áreas-chave em que deve assentar o seu desenvolvimento, e pela possibilidade de, continuamente, alargar essa formação. A criação de novos cursos de formação profissional nas áreas das novas tecnologias permitirá que, também por aí, se faça uma aposta clara na atracção de empresas de forte incorporação tecnológica e de cariz não poluente.

Habitação

O desígnio cardinal que uma política de habitação almeja é, não só a promoção do acesso à habitação, mas também a articulação destas políticas com a qualificação do território e o alinhamento da intervenção do Estado com outras entidades, nomeadamente municípios e entidades privadas do sector cooperativo e associativo.

O foco de trabalho deverá centrar-se no inter-cruzamento de experiências que dimanam de entidades públicas, entidades privadas e dos cidadãos.

Um projecto globalizante na esfera das políticas da habitação terá necessariamente que transcorrer ao longo de linhas de intervenção fundamentais – dinamização do mercado do arrendamento, novas políticas sociais e requalificação do tecido urbano – que criem condições de melhoria de acesso à habitação aos jovens e aos cidadãos que se incluem na orla economicamente precária da sociedade.

A nossa realidade concreta neste domínio não respeita o direito à habitação constitucionalmente consagrado. Os jovens defrontam-se com diversos problemas como: a dificuldade na procura do primeiro emprego; o

parco rendimento que auferem no início das respectivas carreiras; e consequentemente, a quase impossibilidade económica para arrendar e adquirir casa própria.

Estes problemas assumem maior gravidade numa cidade como Coimbra, onde o preço por metro quadrado é dos mais elevados do país e as oportunidades de emprego são escassas. Estes factores, além de prejudicarem a emancipação jovem, não criam condições para a fixação na cidade de jovens recém-licenciados.

É por isso necessário agir nos seguintes domínios para assegurar uma realização efectiva do direito acima mencionado: nos custos do arrendamento; na legalidade do arrendamento estudantil e nas respectivas condições de habitabilidade; na alteração ao programa de incentivo ao arrendamento jovem.

Relativamente ao primeiro ponto, importa fomentar o recurso a opções de carácter público, público-privado ou cooperativo, que permitam aos jovens o acesso a habitação própria a preços justos. Por outro lado, o incentivo local ao investimento em novos tipos e formas de edificação de habitação, bem como a requalificação de certas zonas da cidade, também poderão facilitar o acesso a este bem essencial.

No que toca ao segundo ponto, é urgente um efectivo controlo da legalidade no que respeita às obrigações fiscais no âmbito do arrendamento, bem como no respeitante à dignidade das condições de habitabilidade. Em Coimbra, a maior parte dos senhorios arrenda à margem da legalidade, o que resulta em precariedade e instabilidade dos arrendatários. Em muitos casos, as condições de habitabilidade são frágeis, indecorosas e inadmissíveis no século XXI. Estas situações só serão ultrapassadas com uma adequada fiscalização dos arrendamentos ilegais ao nível local. Por outro lado, devem ser definidos requisitos mínimos de habitabilidade que também poderão ser objecto de fiscalização.

Em relação ao último ponto, é necessário adequar os requisitos de acesso do **Programa de Incentivo ao Arrendamento Jovem**, à real e concreta situação laboral dos jovens recém – empregados. Estes, na maior parte dos casos, frequentam estágios não remunerados ou auferem rendimentos muito escassos. Deste modo, aquele programa, ao exigir a prova de rendimentos anteriores limita em grande medida o acesso à habitação por parte dos seus destinatários. Trata-se de um programa que não está adaptado à realidade social. Assim, é urgente suprimir dos requisitos de acesso a prova de rendimentos anteriores promovendo também, por esta via, a mobilidade dos jovens.

A autarquia não pode esquecer que certas zonas da cidade podem ser “ressuscitadas” se a elas for canalizada a população jovem. A requalificação da “baixinha” e da “alta” de Coimbra, só se justificam se a autarquia se comprometer a criar instrumentos que garantam a fixação de jovens nessa zona da cidade. A Câmara pode, sem dificuldade, ter a seu cargo a aquisição para remodelação de edifícios degradados, para posteriormente colocação no mercado de arrendamento a preços controlados. Por outro lado, fazendo uso das suas atribuições e competências, pode utilizar os instrumentos previstos no Regime Jurídico das Edificações Urbanas, para adquirir imóveis degradados e posteriormente vender ou arrendar aos cidadãos mais jovens.

A intervenção de uma entidade camarária que entre no mercado de arrendamento, constituindo um novo centro de oferta a preços controlados, poderá ser um factor de deflação no mercado.

Plano de Incentivo ao Empreendedorismo

Tendo como objectivo “tornar-se, até 2010, a economia assente no conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, capaz de crescimento económico sustentável com mais e melhor emprego e maior coesão social”, a União Europeia definiu, no Conselho Europeu de Lisboa em 2000, como já referimos, a Estratégia de Lisboa. A constante capacidade de adaptação às mudanças económicas, só será possível apostando naquele que é um dos pilares fundamentais deste documento estratégico: o **empreendedorismo**.

Chegados a 2005, em Coimbra, apesar de muito ter sido dito e escrito, pouco foi feito. Chegou, portanto, a altura de colocar em prática um conjunto de medidas que potenciem, criem e desenvolvam um **espírito empreendedor** na mentalidade dos Conimbricenses.

Como já foi dito, o espírito empresarial é acima de tudo uma atitude mental. A capacidade que uma região tenha de inculcar nos seus habitantes este espírito, será um factor diferenciador na sua afirmação económica, social e política.

O espírito empreendedor é, além do mais, fulcral para a criação de emprego, na medida em que são cada vez mais os postos de trabalho criados pelas novas e pequenas empresas, em contraste com o que acontece nas de grande dimensão. Estas novas empresas assumem-se também como um

robusto factor de aumento da produtividade, pelo impulso que representam em termos de melhorias de eficácia e de introdução de inovação.

Para promover esta atitude, os responsáveis políticos têm que implementar medidas que a incentivem, acarinhem e desenvolvam. A decisão de criar uma empresa não depende apenas das condições económicas existentes, mas acima de tudo da motivação e capacidade de que os indivíduos disponham para tomar a iniciativa.

Ao nível do indivíduo, é fundamental motivá-lo e capacitá-lo para que tenha a ambição de se tornar empresário. A iniciativa empresarial tem que se apresentar sedutora, de modo a atrair o maior número de pessoas possível.

Para além das políticas activas de promoção de emprego, é importante que seja abandonada uma perspectiva assistencialista que coloque o indivíduo à mercê da disposição e vontade do sector público e, em particular, das autarquias. Um mercado cada vez mais competitivo e complexo como o nosso, implica uma alteração de mentalidades que valorize o indivíduo como protagonista do seu percurso. É tempo de colocar um ponto final numa atitude de passividade expectante por parte dos cidadãos, tornando-os – eles próprios – obreiros do seu desempenho e do seu sucesso. Sem prejuízo, claro está, da necessidade de promover medidas que garantam que esta iniciativa e este arrojo não se transformem num salto sem rede para o insucesso potencial que é inerente à iniciativa privada. Para isto são necessárias políticas que:

- Reduzam as barreiras à criação das empresas;
- Minorem o coeficiente risco/recompensa;
- Promovam as capacidades e as competências;
- Incutam nos membros da sociedade o espírito empreendedor.

Os governos socialistas já puseram em prática medidas concretas que visam reduzir as barreiras burocráticas que se apresentam a quem pretende constituir uma empresa. Os Centros de Formalidades das Empresas e o Sistema

de Empresa na Hora foram dois contributos importantes para o combate a estas barreiras.

No entanto, o principal obstáculo à constituição de novas empresas, continua a ser o acesso ao financiamento. Os empréstimos bancários revelam-se, em muitos casos, opções complicadas, devido às exigências colocadas – garantias de património e antecedentes são requisitos que alguém que está em fase de lançamento de uma empresa tem dificuldade em constituir.

É importante que os projectos empresariais tenham no seu arranque acesso a fontes alternativas de financiamento.

Neste sentido é fundamental que se criem e ampliem mecanismos de partilha de risco entre bancos, investidores do sector privado e instituições públicas especializadas em PME's.

Não se entende porque razão as entidades bancárias têm tantas regalias fiscais e não assumem a sua responsabilidade social.

Fazendo nossas as palavras de Jorge Sampaio, "há oposição da banca no que respeita a arriscar alguma coisa para as empresas que querem inovar. Naturalmente que se quiserem um automovelzinho, a banca está disposta a fazer umas prestações"; "a banca não aposta no capital de risco, que poderia incentivar o tecido empresarial a arriscar mais". Esta é uma realidade que é preciso mudar.

É necessário que programas como o PRIME (que visa, por um lado, reforçar a produtividade e competitividade das empresas e, por outro, promover novos potenciais de desenvolvimento) sejam mais divulgados e que as próprias autarquias criem instrumentos que possam ir desde o microcrédito até aos capitais de risco, passando por promover junto de investidores externos, a qualidade das empresas existentes no seu Concelho.

A inexistência de locais próprios para a fixação é outro dos obstáculos que Coimbra apresenta às micro-empresas recém-criadas. Estas, como demonstram alguns dos escassos exemplos do passado, apesar de germinarem

no espaço geográfico do Concelho, enfrentam dificuldades de monta em qualquer tentativa de permanecer duradouramente em Coimbra. A verdade é que não existe um enquadramento das empresas no tecido económico e social do Concelho, disponibilizando solas a preços apelativos e colocando em marcha instrumentos de “acarinamento” empresarial que passem por incentivos de carácter fiscal, potenciação de efeitos multiplicadores através da concentração e inter-relacionamento entre empresas dentro de sectores similares ou complementares.

Esta é uma linha de orientação clara, no sentido de que sejam não só apoiadas no período de incubação, o que tem acontecido com satisfatórios méritos, mas também no final desse processo. O fim do processo de incubação não pode equivaler ao fim do período de actividade da empresa em Coimbra. Fazê-lo seria uma subversão do processo de incubação nos termos em que é suportado pela UC e pela própria Autarquia. Os recursos canalizados para o Instituto Pedro Nunes, responsável máximo pela incubadora de empresas, devem reverter sob a forma de valor económico para o desenvolvimento do Concelho.

O paradigma de desenvolvimento económico que se impõe, na óptica dos objectivos gerais traçados pela Agenda de Lisboa, assenta no conhecimento como factor de produção florescente. E no caso particular de Coimbra, esses objectivos podem ser profusamente alcançados, dadas as mais valias que decorrem do funcionamento das instituições de ensino superior.

Este é um elemento competitivo que distingue Coimbra das demais cidades do País e que deve ser utilizado, em moldes que permitam favorecer o crescimento económico, por via da iniciativa privada que faça daquele elemento, o elemento-chave do seu “processo produtivo”.

Iniciativas na área da Saúde e das Novas Tecnologias, nomeadamente, devem ser apoiadas, acarinhadas e potenciadas. Aqui reside o valor acrescentado de Coimbra no País e no Mundo. É para estas áreas e as sinergias

criadas entre elas – como a das biotecnologias – que devem apontar as políticas locais de incentivo, quer a projectos de investigação, quer à tradução desses projectos em iniciativas empresariais.

As autarquias devem assim promover a busca constante de conhecimento e a educação ao longo da vida.

Uma forma de o fazerem é, precocemente, inculcar nos seus munícipes um espírito empreendedor: ao abrigo das suas competências na educação, as autarquias podem dinamizar concursos escolares para que desde cedo se inculca este espírito empreendedor nas crianças.

Por outro lado, apoiadas nos constantes protocolos de geminação com cidades estrangeiras, as autarquias devem aproveitar a internacionalização e divulgar as empresas locais. As autarquias devem divulgar o que de melhor se faz no seu concelho atribuindo prémios para projectos empresariais de sucesso. Devem, para além disso, ser exemplos de boa gestão, reduzindo ao mínimo os gastos supérfluos

A existência de projectos empresariais prósperos, implica a existência de condições que sustentem o seu crescimento e apoiem o seu funcionamento.

Para este objectivo, devem ser implementadas medidas que:

- Simplifiquem a relação com a administração pública;
- Criem condições fiscais atractivas;
- Fomentem a oferta de mão-de-obra qualificada;
- Promovam as condições de acesso a capitais-de-risco.

Importa também referir a excessiva e complexa regulamentação administrativa que a própria empresa tem de seguir ao longo da actividade produtiva. A burocracia existente para a gestão corrente afecta de uma forma particular as empresas de pequena dimensão, uma vez que não difere muito em função da envergadura. É importante que se criem, à semelhança do que foi feito em alguns países europeus, gabinetes de apoio e informação às PME's.

O portal do cidadão é disto um bom prenúncio. No entanto, convém que as autarquias também auxiliem as empresas no que diz respeito àqueles aspectos. Não podemos esquecer que para além das relações com a administração central, as empresas contactam, e muito, com entidades administrativas locais.

O sistema fiscal complexo que caracteriza Portugal é, sem sombra de dúvida, mais um entrave ao desenvolvimento das empresas; o excesso de obrigações acessórias a que as empresas estão sujeitas não tem qualquer contrapartida nos montantes pagos. As empresas têm hoje a trabalhar para elas funcionários que apenas tratam dos seus assuntos fiscais. São verdadeiros funcionários das finanças, mas cuja remuneração está a cargo das empresas. Sendo que cada vez mais a liquidação dos impostos está nas mãos dos particulares, cabendo à administração fiscal uma tarefa inspectiva.

Ao nível autárquico, é importante que dentro das suas competências fiscais, as autarquias criem condições para a criação e manutenção de empresas – seja diminuindo as taxas de Derrama; seja criando condições que facilitem a celebração de contratos fiscais entre empresas que se queiram fixar e a administração fiscal.

A mão-de-obra qualificada é hoje, como já foi dito, um objectivo a perseguir. O desemprego existente não tem somente a ver com a falta de oferta de postos de trabalho, mas também está relacionado com a falta de pessoal competente para a realização específica de uma determinada função.

Se tivermos em conta o tipo de empresas a que Coimbra é propícia pelas suas características próprias, a qualificação torna-se ainda mais indispensável.

É tempo de apreciar o espírito empresarial. Valorizar os casos de sucesso e tolerar os menos bem sucedidos.

A nossa resposta

Esta é a nossa resposta perante as responsabilidades a que estamos obrigados:

- Abordar uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentável para o Concelho;
- Potenciar a Emancipação dos Jovens em Coimbra;
- Incentivar o Empreendedorismo Jovem e a Iniciativa.

São objectivos cuja concretização se desenha de forma gradual. Mas, do nosso ponto de vista, são os únicos instrumentos capazes de revolucionar o Desenvolvimento de Coimbra, tirando o melhor proveito dos seus dois factores competitivos essenciais – o Conhecimento e a Juventude.

É a nossa modesta reflexão acerca do Mundo e de Coimbra que aqui pretendemos defender. É no fundo, um “grito de alerta” que pretendemos fazer ouvir para além da campanha eleitoral.

Aqui vertemos, de alguma forma, a esperança que temos no Mundo e a fé que depositamos nos Homens.

Está em causa a nossa cidade. Estão em causa todas as cidades. Está em causa o nosso contributo para uma globalização solidária e progressista. E em nome deste valores, estamos disponíveis para travar todos os dias e em cada dia, o **combate das nossas vidas**.